



CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA - TIPO 10

CARGO: FISCAL SANITÁRIO

DATA: 24/02/2019 – HORÁRIO: 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno (TIPO 10) com 50 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - b) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova. *Verifique se o tipo de caderno (TIPO 10) é o mesmo que consta no seu Cartão-Resposta.*

OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CADERNO DE REDAÇÃO e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura e impressão digital.
12. O tempo de duração para esta prova é de **4 horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de **3h30min** do início de sua prova.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	

CONCURSO PÚBLICO – FISCAL SANITÁRIO - TIMON-MA – PROVA TIPO – 10
 NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
 FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

N ° DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

FAMÍLIA É TUDO QUE TEMOS

Afinal, é o grupo do qual participamos a vida toda

(...)

E, por falar em família, hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo e que pode analisá-lo. (...) Há quem acredite que a família está ameaçada de ser destruída ou que já se encontra em estado de falência. Os motivos seriam os mais diversos. O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado. Ou a presença da mulher no mercado de trabalho, entre tantas outras causas já apontadas.

Ocorre que, ao mesmo tempo em que os divórcios crescem, há também recasamentos, e as mulheres que muito precisam ou querem se dedicar ao trabalho remunerado vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo. Isso significa que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.

(...)

Não há dúvida de que algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço primordial. Mesmo essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais, que são os de sangue e os de aliança. Fazem dos amigos próximos sua família, por exemplo. Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, já que enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem.

A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, e isso dá trabalho. Mas enfrentar os conflitos que surgem no grupo com amorosidade, compaixão, respeito, generosidade e delicadeza, por exemplo, promove uma vida pessoal e familiar de qualidade.

(...)

(VEJA de 12 de dezembro de 2018, edição nº 2612, p.89 – Por Rosely Sayão)

01. É amplamente aceita a ideia de que, ao elaborarmos os nossos textos, quer orais, quer escritos, assumimos algum posicionamento, implícita ou explicitamente, sobre o tema em debate. Está **CORRETO**, então, dizer que

- a) o texto não apresenta, claramente, uma discussão consistente do tema, o que impossibilita uma compreensão precisa sobre a posição ali assumida quanto à questão tratada.

- b) no texto está explícita a ideia de que uma família só pode ser concebida como tal se seus membros mantiverem laços de afetividade sólidos e se recorrerem uns aos outros, caso necessitem, para não se sentirem desamparados.
- c) não há, explicitamente, uma defesa clara da necessidade de vínculos familiares para que uma família seja considerada acolhedora e afetivamente útil aos membros que a constituem em vínculos sanguíneos.
- d) há um posicionamento bastante claro sobre o tema tratado, evidenciado em argumentos que apontam para uma defesa da necessidade que qualquer ser humano tem de congrega-se a um grupo, em laços consanguíneos, familiares, ou não.
- e) o texto assume a ideia de que, fora as relações consanguíneas, não há quem esteja isento de se envolver em conflitos que podem resultar em rompimento dos laços essenciais que sustentam qualquer relação familiar.

02. O segmento no qual identificamos palavras/expressões que configuram ideias contrárias entre si é:

- a) *O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado.*
- b) *... pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.*
- c) *... afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço...*
- d) *Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, ...*
- e) *A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos...*

03. O item no qual a palavra/expressão em destaque **NÃO** tem a função textual de orientar para a conclusão/justificativa do enunciado/ideia anteriormente explicitado(a) é:

- a) *A família precisa ser cuidada **porque** sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, ...*
- b) *... Não há dúvida de que algumas famílias, (...) buscam apagar da memória a existência desse laço primordial. **Mesmo** essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais,...*
- c) *... sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, **já que** enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem.*
- d) *Não há dúvida **de que** algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, ...*

- e) **Mas** enfrentar os conflitos que surgem no grupo com amorosidade, (...) delicadeza, por exemplo, promove uma vida pessoal e familiar de qualidade.

04. Nos itens abaixo dispostos, a palavra em negrito e sublinhada que tem a função de apontar para uma relação de alternância com valor inclusivo, é:

- a) O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado. **Ou** a presença da mulher no mercado de trabalho, entre tantas outras causas já apontadas.
- b) Afinal, é o grupo **do qual** participamos a vida toda.
- c) ... hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo **e que** pode analisá-lo.
- d) ... ao mesmo tempo em que os divórcios crescem, há **também** recasamentos, ...
- e) A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, **e** isso dá trabalho.

05. O item no qual o excerto transcrito apresenta, na expressão em destaque, um registro linguístico que é muito comum na modalidade oral da linguagem é:

- a) Os motivos seriam **os mais diversos**.
- b) **Afinal**, é o grupo do qual participamos a vida toda.
- c) Fazem dos amigos próximos sua família, **por exemplo**.
- d) Isso significa que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, **é essencial**.
- e) **E, por falar em família**, hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo e que pode analisá-lo. ...

06. O trecho no qual identificamos uma perífrase verbal de aspecto cursivo é:

- a) ... **buscam apagar da memória a existência desse laço primordial**.
- b) ... e **buscam criá-lo, já que enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem**.
- c) ... **vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo**.
- d) ... **recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, ...**
- e) A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, e isso dá trabalho.

Para responder às **questões 07 e 08** leia as sequências I, II e III.

I - *Há quem acredite que a família está ameaçada de ser destruída ou que já se encontra em estado de falência.*

II - *Não há dúvida de que algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço primordial.*

III - *... há também recasamentos, e as mulheres que muito precisam ou querem se dedicar ao trabalho remunerado vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo.*

07. Do ponto de vista da estrutura morfossemântica, sobre os trechos em I, II e III, está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) A palavra “que”, em I (primeira ocorrência) e em III, retomam, respectivamente, as palavras “dúvida” e “mulheres”.
- b) A palavra “que”, em I (primeira e segunda ocorrências) classifica-se morfologicamente como conjunção integrante.
- c) Em hipótese alguma, a forma verbal “há” (do verbo haver), em II, poderia ser substituída pela forma “existe” (do verbo existir).
- d) Em II, a palavra “dúvida” está flexionada no singular porque, se flexionada no plural, incorreria em erro grave, do ponto de vista gramatical.
- e) Em III, a forma verbal “martirizando”, flexionada do verbo “martirizar”, deriva da palavra primitiva “martírio”.

08. Do ponto de vista da estrutura sintática, está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) As formas verbais “recusam”, “afastam-(se)” e “buscam”, em II, têm como núcleo do sujeito gramatical a palavra “famílias”.
- b) Em “*Não há dúvida de que algumas famílias, ...*”, o verbo *haver* (*há*), pede um complemento indireto, em II.
- c) Em “*recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, ...*”, em II, os verbos “recusar” e “afastar (se)” são, igualmente, intransitivos.
- d) Em “*ou que já se encontra em estado de falência.*”, em I, o termo “de falência” tem valor de adjunto adverbial.
- e) A palavra “recasamentos”, em III, no plural, revela uma inadequação quanto às regras de concordância, pois deveria vir no singular, para concordar com a forma verbal “há”.

09. Em: “Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, já que enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem”. O segmento gramatical em destaque confere à oração por ele iniciada a ideia de

- a) comparação.
- b) finalidade.
- c) causa.
- d) concessão.
- e) conformidade.

10. A oração com valor de adjetivo encontra-se em destaque, no item:

- a) ... hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo ...
- b) Isso significa que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.
- c) Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, ...
- d) A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, ...
- e) Mesmo essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais, que são os de sangue e os de aliança.

MATEMÁTICA BÁSICA, RACIOCÍNIO LÓGICO E NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. Em uma festa de Natal (em que as pessoas se cumprimentam), cada pessoa cumprimenta exatamente outras três pessoas.

- I) É possível que na festa tivessem 2.019 pessoas?
- II) Se foram totalizados 3.030 cumprimentos, quantas pessoas havia na festa?

De acordo com as perguntas I) e II) acima, marque a alternativa **CORRETA** abaixo:

- a) I) Sim; II) 2.020
- b) I) Não; II) 3.030
- c) I) Sim; II) 2.019
- d) I) Não; II) 2.019
- e) I) Não; II) 2.020

12. Eduardo vai ao médico para uma consulta de rotina. A secretária lhe entrega uma senha numérica para uma espera mais organizada. A seguir temos afirmações sobre o número de senha de Eduardo:

- I) A soma dos dígitos do número é 9.

- II) Dois dos dígitos do número são iguais.
- III) O número é menor que 105.
- IV) O número é maior que 43.
- V) O número é primo.

Sabendo-se exatamente que uma das afirmações acima é falsa, assinale abaixo o número da senha de Eduardo:

- a) 63
- b) 81
- c) 90
- d) 101
- e) 103

13. Em uma caixa de jogo chamado “Baralho ABC”, existem apenas 12 cartas, que são enumeradas da seguinte maneira:

- Cartas tipo A: A₁, A₂, A₃, A₄, A₅ (5 cartas)
- Cartas tipo B: B₁, B₂, B₃, B₄ (4 cartas)
- Cartas tipo C: C₁, C₂, C₃ (3 cartas)

Dispomos de 5.000 caixas de Baralho ABC, e colocamos todas as cartas na seguinte sequência:

Se somarmos a carta da posição 2019 com a carta da posição 4038, temos:

	1ª posição		2ª posição		5ª posição		7ª posição		10ª posição		
	A ₁	A ₂	A ₃	A ₄	A ₅	B ₁	B ₂	B ₃	B ₄	C ₁	
11ª posição	C ₂	C ₃	C ₂	C ₁	B ₄	B ₃	B ₂	B ₁	A ₅	A ₄	
	A ₃	A ₂	A ₁	A ₂	A ₃	A ₄	A ₅	B ₁	B ₂	B ₃	
	B ₄	C ₁	C ₂	C ₃	C ₂	C ₁	B ₄	B ₃	B ₂	B ₁	
	A ₅	A ₄	A ₃	A ₂	A ₁	A ₂	...				
											30ª posição

- a) B₂ + C₃
- b) B₁ + A₄
- c) B₃ + C₂
- d) A₂ + B₄
- e) A₅ + C₃

14. Sejam os números $x \in \mathbb{R}, y \in \mathbb{R}, z \in \mathbb{R}$, dados por:

$$x = \frac{1}{2} + \frac{1}{6} + \frac{1}{12} + \frac{1}{20} + \dots + \frac{1}{2019^2 - 2019}$$

$$y = \frac{2}{2} + \frac{2}{6} + \frac{2}{12} + \frac{2}{20} + \dots + \frac{2}{2019^2 - 2019}$$

$$z = \frac{3}{2} + \frac{3}{6} + \frac{3}{12} + \frac{3}{20} + \dots + \frac{3}{2019^2 - 2019}$$

O valor de $(x - \frac{y}{2})^2 + \frac{z}{3}$ é igual a:

- a) 0
- b) 1



- c) $\frac{1009}{1010}$
 d) $\frac{2018}{2019}$
 e) $\frac{3027}{3028}$

15. Em um grupo com 40 pessoas (contendo mulheres e homens), pergunta-se sobre a preferência pelas cores de roupas azul e rosa, e observa-se que:

- 8 homens gostam de rosa;
- 7 homens gostam de azul;
- No grupo pesquisado, há exatamente 17 homens;
- 7 pessoas gostam de azul e rosa;
- 6 homens e 9 mulheres não gostam de tais cores;
- 13 pessoas gostam somente de rosa.

Quantas mulheres gostam de roupas de cor azul?

- a) 0
 b) 1
 c) 2
 d) 3
 e) 4

16. Maria deseja reformar sua casa antes de seu aniversário, mas para isso, necessita recorrer a um empréstimo bancário. Considerando que Maria recebe um empréstimo no valor de R\$ 8.000,00 a uma taxa de juros simples de 2,7% ao mês (considerando o mês com trinta dias), qual o valor dos juros a serem pagos se a duração do empréstimo for de mil dias?

- a) R\$ 6.400,00
 b) R\$ 7.200,00
 c) R\$ 15.200,00
 d) R\$ 17.200,00
 e) R\$ 25.200,00

17. Uma loteria sorteia R\$ 2.000.000,00 dividido em 1º prêmio, 2º prêmio, 3º prêmio, na proporção 2:3:5, respectivamente. Ana é uma das pessoas contempladas no 1º prêmio, e o dividirá com mais nove contemplados. Ao receber sua parte do prêmio, Ana decide que o dividirá totalmente entre seus filhos Gustavo, Oscar e Leandro, na proporção 2:3:5, respectivamente. Assinale abaixo a opção que indica a porcentagem que Oscar receberá da premiação total sorteada pela loteria:

- a) 1,6%
 b) 1,2%

- c) 1,0%
 d) 0,6%
 e) 0,3%

18. Considere a, b, c, d números inteiros não nulos, sendo (a, b, c, d) uma proporção, isto é, $\frac{a}{b} = \frac{c}{d}$, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) (a^2, ab, c^2, cd) também é uma proporção.
 b) $(a + b, b, c + d, d)$ também é uma proporção.
 c) $(a, b, a + c, b + d)$ também é uma proporção.
 d) $(a - b, b, c - d, d)$ também é uma proporção.
 e) $(a, b, c + d, d)$ também é uma proporção.

19. Marcos é convencido pelo gerente de sua agência bancária a aplicar suas economias em dois fundos de investimento, sendo eles: Ganha Fácil 1 e Ganha Fácil 2. Logo no primeiro mês o fundo Ganha Fácil 1 rendeu 60% e o fundo Ganha Fácil 2 rendeu 15%. No segundo mês, tanto Ganha Fácil 1 como Ganha Fácil 2 renderam 20%. Qual é a porcentagem investida por Marcos no fundo Ganha Fácil 2, sabendo que a rentabilidade total obtida pelos dois fundos no bimestre foi de 51,5%?

- a) 15%
 b) 25%
 c) 29%
 d) 35%
 e) 40%

20. Pedro necessita quitar uma dívida bancária no valor de R\$ 700,00, e pede a seu amigo tal valor emprestado. O amigo de Pedro possui o valor solicitado, porém o empréstimo é condicionado pelo amigo da seguinte maneira:

“Você deve me devolver o dinheiro no prazo exato de 3 meses (contados a partir do recebimento do dinheiro emprestado), acrescido de juros compostos de 10% ao mês. Preciso receber R\$ 300,00 após exatos 60 dias de empréstimo, e o dinheiro que falta, no mês seguinte”.

Considerando que Pedro sempre honra seus compromissos e nunca atrasa qualquer pagamento, e ainda, considerando o mês com 30 dias, pergunta-se:

- l) Qual será o valor da última parcela do empréstimo que Pedro pagará a seu amigo se aceitar as condições do empréstimo?

II) Considerando que o banco cobra uma taxa de juros simples de 29% ao ano, a opção mais econômica para Pedro quitar a dívida bancária, seria pagar a dívida diretamente ao banco no prazo de 1 ano, ou aceitar o dinheiro e as condições de seu amigo?

Assinale abaixo a opção que responde aos dois questionamentos acima:

- a) R\$ 601,70; fazer empréstimo com o amigo.
- b) R\$ 631,70; pagar a dívida diretamente ao banco.
- c) R\$ 517,00; fazer empréstimo com o amigo.
- d) R\$ 603,00; pagar a dívida diretamente ao banco.
- e) R\$ 591,70; fazer empréstimo com o amigo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA baixou a Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final de resíduos dos serviços de saúde e deu outras providências, considerou as necessidades abaixo, **EXCETO**:

- a) A necessidade de minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e da população em geral.
- b) A necessidade de estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e de processos por alternativas de menor risco, a redução na fonte e a reciclagem, dentre outras alternativas.
- c) A necessidade de depositar em local apropriado, visando a procedimentos de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos, o que implicaria menor impacto ambiental.
- d) As soluções consorciadas, para fins de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, são especialmente indicadas para pequenos geradores e municípios de pequeno porte.
- e) Que a agregação dos resíduos, no momento e local da geração, permite reduzir o volume de resíduos que necessitam de manejo diferenciado.

22. As normas básicas sobre alimentos foram instituídas pelo Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Dessa forma, entende-se por matéria-prima alimentar:

- a) Toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento.
- b) Toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que, para ser utilizada como alimento, precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica.
- c) Todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija, apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação.
- d) Toda substância ou mistura de substâncias, dotadas, ou não, de valor nutritivo, ajuntada ao alimento com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral, ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento.
- e) Toda substância residual ou migrada presente no alimento em decorrência dos tratamentos prévios a que tenha sido submetida a matéria-prima alimentar e o alimento *in natura* e do contato do alimento com os artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabrico, manipulação, embalagem, transporte ou venda.

23. Em se tratando de infrações à legislação sanitária federal, quando foram estabelecidas as sanções respectivas e foram dadas outras providências (Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977), todas circunstâncias abaixo são consideradas atenuantes, **EXCETO**:

- a) a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento.
- b) a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender ao caráter ilícito do fato.
- c) o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado.
- d) ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato.
- e) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve e média.

24. A Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, trata sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Nela estão definidos vários termos que cotidianamente se relacionam no processo de comercialização de bens e serviços. Dentre as alternativas abaixo, qual termo não é contemplado por essa legislação?

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- b) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- c) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- d) Empresa - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que exerça como atividade principal ou subsidiária o comércio, venda, fornecimento e distribuição de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, equiparando-se à mesma, para os efeitos desta Lei, as unidades dos órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e entidades paraestatais, incumbidas de serviços correspondentes.
- e) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

25. Os agentes a serviço da vigilância sanitária, no que trata a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, em suas atividades de controle e monitoramento, terão, entre outras, as seguintes atribuições e prerrogativas, **EXCETO**:

- a) Basear-se em laudos de terceiros para coletar as amostras necessárias às análises de controle ou fiscal, lavrando os respectivos termos.
- b) Livre acesso aos locais onde se processem, em qualquer fase, as atividades sujeitas ao controle sanitário, previstas no art. 2º Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 e aos documentos e dados relacionados.

- c) Realizar inspeções de rotina e para apuração de infrações sanitárias, lavrando os respectivos termos.
- d) Verificar o atendimento das condições de saúde e higiene exigidas aos empregados quanto às atividades de que trata o art. 2º Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.
- e) Verificar a procedência e as condições sanitárias dos produtos.

26. Assinale a alternativa incorreta. Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros (Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990):

- a) Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
- b) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor indistintamente.
- c) Criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- d) Criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- e) Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

27. A Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabeleceu o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e deu outras Providências. Entende-se por Insumo Farmacêutico:

- a) Substância ou matéria-prima que tenha a finalidade medicamentosa ou sanitária.
- b) Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.
- c) Droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- d) Substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários.
- e) Substância de uso tópico, injetável e aspirável, que funcione de forma terapêutica, reparadora, fortificante e resulte em bem-estar para o usuário.

28. Os direitos básicos do consumidor foram protegidos pela Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990. Abaixo existe uma informação **INCORRETA**, assinale.

- a) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- b) A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- c) A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, podendo ter revisão em razão da necessidade de correção de custos.
- d) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- e) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

29. As definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento foram estabelecidos pelo Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005. Nesse ato também foram instituídos mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano. Abaixo todas as definições estão corretas, **EXCETO**:

- a) Controle da qualidade da água para consumo humano: conjunto de ações adotadas continuamente pela autoridade de saúde pública, para verificar se a água consumida pela população atende aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde, e avaliar os riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água representam para a saúde humana.
- b) Água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde.
- c) Sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, destinada à produção e à distribuição canalizada de água potável para

populações, sob a responsabilidade do poder público, mesmo que administrada em regime de concessão ou permissão.

- d) Solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema público de abastecimento de água, incluindo, dentre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontais e verticais.
- e) Sistemas integrados: sistemas que abastecem diversos municípios simultaneamente ou quando mais de uma unidade produtora abastece um único município, bairro, setor ou localidade.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**. O auto de infração à legislação sanitária federal (Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977) será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade sanitária que a houver constatado, devendo conter

- a) nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil.
- b) local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada.
- c) descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido.
- d) penalidade a que está sujeito o infrator, podendo ser dispensado o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição.
- e) ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo.

31. O termo Drogaria foi definido pela Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que estabeleceu o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, como:

- a) Estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.
- b) Setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente.
- c) Unidade da empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

- d) Estabelecimento que comercializa, no atacado ou no varejo, grande variedade de mercadorias e, de modo especial, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.
- e) Estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.

32. A competência da União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária foi definida pela Lei nº 9.762, de 26 de janeiro de 1999. Sobre essa competência, todas as afirmações abaixo estão incorretas, **EXCETO**:

- a) Conhecer a política nacional de vigilância sanitária.
- b) Acompanhar e coordenar as ações estaduais, distrital e municipais de vigilância sanitária.
- c) Incluir-se no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- d) Normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde, em nível nacional, nos estados, municípios e distrito federal.
- e) Exercer a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, não permitindo que essa atribuição seja supletivamente exercida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

33. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Na prestação de serviços de fornecimento de água é assegurado ao consumidor, dentre outros direitos, assegurados pelo Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005, receber do prestador de serviço de distribuição de água relatório anual, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Razão social ou denominação da empresa ou entidade responsável pelo abastecimento de água, endereço e telefone.
- b) Nome do responsável legal pela empresa ou entidade.
- c) Indicação do setor de atendimento ao consumidor.
- d) Órgão responsável pela vigilância da qualidade da água para consumo humano, endereço e telefone.
- e) Identificação dos mananciais de abastecimento, descrição das suas condições, informações dos mecanismos e níveis de proteção existentes, qualidade dos mananciais, fontes de contaminação, órgão responsável pelo seu monitoramento e, de forma indispensável, identificação da sua respectiva bacia hidrográfica.

34. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC estabeleceu por meio da Resolução RDC nº 27, de 30 de março de 2007, a implantação do módulo para drogarias e farmácias e deu outras providências. Para atender tal resolução, adotou conceitos e definições. Abaixo estão alternativas que contêm conceitos/definições invertidos, e apenas uma está **CORRETA** e que deve ser assinalada.

- a) Entrada: procedimento de registro da movimentação das entradas e saídas de substâncias ou medicamentos sujeitos a controle especial.
- b) Disponibilidade: facilidade de recuperação ou acesso.
- c) Ativos de informação: documento emitido pelo próprio sistema informatizado após o credenciamento do estabelecimento ao Sistema Nacional de Gerenciamento Produtos Controlados - SNGPC, que comprova perante a autoridade sanitária competente que o estabelecimento está apto a efetuar a escrituração e a transmissão eletrônica da movimentação dos produtos sujeitos a controle especial.
- d) Escrituração eletrônica: movimentação representada pelas compras das drogarias e farmácias ou pelas transferências de produtos industrializados entre drogarias ou farmácias filiais da mesma rede ou empresa ou pelas transferências de insumos farmacêuticos entre farmácias filiais da mesma rede ou empresa.
- e) Certificado de Escrituração Digital: patrimônio composto por todos os dados e informações gerados, manipulados e armazenados durante a execução do sistema informatizado, dos procedimentos e dos processos de trabalho relacionados com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados.

35. Assinale a alternativa **CORRETA**. A Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final de resíduos dos serviços de saúde, classificou os resíduos em cinco grupos:

- a) GRUPO A: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.
- b) GRUPO B: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia



Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

- c) GRUPO C: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.
- d) GRUPO D: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características e maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.
- e) GRUPO E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

36. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio da Resolução - RDC nº 171, de 4 de setembro de 2006, tratou sobre o Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano e definiu termos e processos. Abaixo, com exceção de uma alternativa, quatro se encontram com definições incorretas. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Cadeia de frio: conjunto de procedimentos que visam à preservação das características químicas, físico-químicas, imunológicas e microbiológicas do leite humano ordenhado;
- b) Conservação do leite humano ordenhado: condição de conservação sob frio, na qual os produtos refrigerados ou congelados devem ser mantidos, da coleta ao consumo, sob controle e registro.
- c) Desinfecção: processo físico ou químico que destrói todas as formas de vida microbiana, ou seja, bactérias nas formas vegetativas e esporuladas, fungos e vírus.
- d) Controle de qualidade: conjunto de operações realizadas com o objetivo de verificar a conformidade dos produtos e processos.
- e) Esterilização: processo físico ou químico que elimina a maioria dos microrganismos patogênicos de objetos inanimados e superfícies, com exceção de esporos bacterianos podendo ser de baixo, médio ou alto nível.

37. O Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, regulamentou as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e deu outras providências. Por isso, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Mesmo mediante solicitação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - Conitec, a Anvisa não poderá emitir autorização de uso para fornecimento, pelo SUS, de medicamentos ou de produtos registrados, nos casos em que a indicação de uso pretendida seja distinta daquela aprovada no registro, ainda que demonstradas pela Conitec as evidências científicas sobre a eficácia, acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento ou do produto para o uso pretendido na solicitação.
- b) É permitida a distribuição de amostras gratuitas de medicamentos exclusivamente a médicos e cirurgiões-dentistas, exceto aquelas de produtos que contenham substâncias entorpecentes ou que produzam dependência física ou psíquica.
- c) As plantas medicinais sob a forma de droga vegetal serão dispensadas de registro, conforme critérios estabelecidos em regulamentação específica pela ANVISA.
- d) A intenção da empresa de descontinuar temporária ou definitivamente a fabricação ou importação de medicamento registrado para fornecimento ao mercado interno deverá ser comunicada à ANVISA, com antecedência mínima de seis meses.
- e) Sem prejuízo de outras cominações legais, inclusive penais, as pessoas físicas e jurídicas e os responsáveis técnicos e legais responderão civil e no administrativamente por infração sanitária resultante da inobservância da Lei nº 6.360, de 1976, deste Decreto e das demais normas sanitárias, nos termos da Lei nº 6.437, de 1977.

38. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, trata sobre infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. De acordo com o nível de comprometimento, as circunstâncias podem ser consideradas agravantes. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Ser o infrator reincidente.
- b) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo

pelo público do produto elaborado, de forma contrária ao disposto na legislação sanitária.

- c) Tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator poderá ou não deixar de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo.
- d) O infrator coagir outrem para a execução material da infração.
- e) Ter a infração consequências calamitosas à saúde pública.

39. As Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde foram regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA por meio da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Para efeito desta Resolução, foram adotadas algumas definições. Dentre as que estão descritas abaixo, apenas uma se encontra correta e deve ser assinalada:

- a) Abrigo externo: guarda dos coletores de resíduos em ambiente exclusivo, com acesso facilitado para a coleta externa.
- b) Armazenamento externo: ambiente no qual ocorre o armazenamento externo dos coletores de resíduos.
- c) Destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do *Meio Ambiente* (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), entre elas, a disposição final ambientalmente adequada, observando normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos.
- d) Disposição final ambientalmente adequada: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- e) Logística reversa: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos.

40. Com exceção de uma alternativa, todos estão enquadrados como alimentos para grupos populacionais específicos de acordo com a Instrução Normativa nº 9, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias:

- a) alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares.
- b) alimentos à base de cereais para alimentação infantil.
- c) complementos alimentares para gestantes ou nutrízes.
- d) alimentos para idosos.
- e) fórmulas infantis.

41. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio da Resolução RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006, dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar. Dentre os conceitos e definições adotados pela Resolução, apenas uma das alternativas abaixo está **CORRETA** e deve ser assinalada.

- a) Admissão em Atenção domiciliar: conjunto de atividades prestadas no domicílio, caracterizadas pela atenção em tempo integral ao paciente com quadro clínico mais complexo e com necessidade de tecnologia especializada.
- b) Alta da Atenção domiciliar: conjunto de atividades de caráter ambulatorial, programadas e continuadas desenvolvidas em domicílio.
- c) Atenção domiciliar: termo genérico que envolve ações de promoção à saúde, prevenção, tratamento de doenças e reabilitação desenvolvidas em domicílio.
- d) Assistência domiciliar: ato que determina o encerramento da prestação de serviços de atenção domiciliar em função de: internação hospitalar, alcance da estabilidade clínica, cura, a pedido do paciente e/ou responsável, óbito.
- e) Internação Domiciliar: processo que se caracteriza pelas seguintes etapas: indicação, elaboração do Plano de Atenção Domiciliar e início da prestação da assistência ou internação domiciliar.

42. As infrações à legislação sanitária federal foram configuradas pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, assim como foram também estabelecidas às sanções respectivas. Marque a alternativa que aponta de forma **CORRETA** a infração com a sanção apropriada.

- a) Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes: pena - advertência, e/ou multa.
- b) Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes: pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença, e/ou multa.
- c) Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.
- d) Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.
- e) Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e autorização, e/ou multa.

43. Pare efeitos da aplicação da resolução que versa sobre o tratamento e a disposição final de resíduos dos serviços de saúde (Res. CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005), foram considerados os seguintes itens, **EXCETO**:

- a) Sobras de amostras, que são restos de sangue, fezes, urina, suor, lágrimas, leite, colostro, líquido espermático, saliva, secreção nasal ou peniana, pelo e unha que permanecem nos tubos de coleta após a retirada do material necessário para a realização da investigação.
- b) Príon, que é uma estrutura protéica alterada relacionada como agente etiológico das diversas formas de encefalite espongiiforme.
- c) Líquidos corpóreos, que são representados pelos líquidos cefalorraquidiano, pericárdico, pleural, articular, ascístico e amniótico.
- d) Redução de carga microbiana: aplicação de processo que visa dimensionamento e reativação microbiana das cargas biológicas contidas nos resíduos.
- e) Os resíduos de serviços de saúde, que são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços definidos pelo Artigo 1º da resolução supracitada, que, por suas características, necessitam de processos diferenciados para o seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final.

44. O Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação tem como base a Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Para efeito deste Regulamento, considera-se:

- a) Desinfecção: operação de remoção de substâncias minerais e ou orgânicas indesejáveis, tais como terra, poeira, gordura e outras sujidades.
- b) Limpeza: operação de redução, por método físico e ou agente químico, do número de microrganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.
- c) Medida de controle: procedimento adotado com o objetivo de prevenir, reduzir a um nível aceitável ou eliminar um agente físico, químico ou biológico que comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.
- d) Antissepsia: procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária.

e) Boas Práticas: operação que visa à redução de microrganismos presentes na pele em níveis seguros, durante a lavagem das mãos com sabonete antisséptico ou por uso de agente antisséptico, após a lavagem e secagem das mãos.

45. A Lei nº 9.762, de 26 de janeiro de 1999, incumbe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, de controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. Consideram-se, abaixo, bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, **EXCETO**:

- a) Radioisótopos para uso diagnóstico *in vivo* e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia.
- b) Medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias de uso contínuo e prolongado.
- c) Alimentos estimulantes e dietéticos e bebidas alcoólicas de origem estrangeira, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.
- d) Saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos de origem estrangeira.
- e) Órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso exclusivo em cirurgias plásticas.

46. Na Instrução Normativa nº 9, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias, são considerados alimentos para praticantes de atividades físicas, **EXCETO**:

- a) Repositores hidroeletrólíticos para praticantes de atividade física.
- b) Alimentos protéicos para atletas.
- c) Alimentos para suplementação de nutrição enteral.
- d) Alimentos compensadores para praticantes de atividade física.
- e) Aminoácidos de cadeia ramificada para atletas.

47. A Resolução - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. Conforme o artigo nº 23 da resolução citada, uma das alternativas abaixo **NÃO** faz parte das atribuições do responsável legal pelo estabelecimento:

- a) Prover os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento do estabelecimento.
- b) Prover as condições necessárias para o cumprimento desta Resolução, assim como das demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais vigentes e aplicáveis às farmácias e drogarias.
- c) Assegurar as condições necessárias à promoção do uso racional de medicamentos no estabelecimento.
- d) Prover as condições necessárias para capacitação e treinamento de todos os profissionais envolvidos nas atividades do estabelecimento.
- e) Poder delegar algumas das atribuições para outro farmacêutico, inclusive as relacionadas à supervisão e responsabilidade pela assistência técnica do estabelecimento, bem como aquelas consideradas delegáveis pela legislação específica dos Conselhos Federal e Regional de Farmácia.

48. As infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, conforme a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Assinale a alternativa que **NÃO** contém sanção prevista na referida lei.

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Apreensão de produto.
- d) Inutilização de produto.
- e) Interdição de produto e prisão do infrator.

49. Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) proceder a implementação e a execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º da Lei nº 9.762, de 26 de janeiro de 1999. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às competências da ANVISA.

- a) Estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária.

- b) Deixar a cargo dos órgãos estaduais, municipais e do Distrito Federal, a concessão e cancelamento dos certificados de cumprimento de boas práticas de fabricação.
- c) Conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação.
- d) Fomentar e realizar estudos e pesquisas no âmbito de suas atribuições.
- e) Estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde.

50. As normas básicas sobre alimentos foram instituídas pelo Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Dessa forma, entende-se por Laboratório Oficial:

- a) O órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, congêneres, devidamente credenciados.
- b) O órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos congêneres federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, devidamente credenciados.
- c) Local onde se fabrique, produza, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, armazene, deposite para venda, distribua ou venda alimento, matéria-prima alimentar, alimento *in natura*, aditivos intencionais, materiais, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos.
- d) Local em que é efetuada imediatamente uma análise após o registro do alimento, quando da sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade.
- e) Local onde sempre é efetuada análise sobre o alimento apreendido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.